



## FOUCAULT, MAQUIAVEL E A ARTE DE GOVERNAR<sup>1</sup>

JOHANNA OKSALA<sup>2</sup>

**RESUMO:** O objetivo do artigo é ler Foucault como um filósofo político que se apropriou diretamente, e de forma inovadora, do cânone da filosofia política. O foco está na leitura que Foucault faz de *O príncipe*, de Maquiavel, nas aulas de *Segurança, território, população*. O objetivo provocativo de Foucault é virar de cabeça para baixo a interpretação comumente aceita de Maquiavel. Quando lemos Maquiavel por meio do quadro conceitual da governamentalidade, somos forçados a repensar a visão comumente aceita de que ele é o fundador da filosofia política moderna. Em contrapartida, Foucault mostra que Maquiavel pertence firmemente à era pré-moderna. É justamente em contraste com o pensamento de Maquiavel que algumas das características mais marcantes do pensamento político moderno podem ser evidenciadas. O artigo conclui avaliando a abordagem de Foucault à história da filosofia como uma forma distinta de contextualismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Foucault; Maquiavel; Arte de governar; Governamentalidade; Cânone da filosofia política.

**ABSTRACT:** The aim of the paper is to read Foucault as a political philosopher who engaged directly, and in an innovative way, with the canon of political philosophy. The focus is on Foucault's reading of Machiavelli's *The Prince* in *Security, Territory, Population* lectures. Foucault's provocative aim there is to turn the received interpretation of Machiavelli on its head. When we read Machiavelli through the conceptual framework of governmentality, we are forced to question the commonly accepted view of him as the founder of modern political philosophy. Instead, Foucault shows that Machiavelli belongs firmly to the pre-modern era. It is precisely in contrast to Machiavelli's thought that some of the most distinctive features of modern political thought can be brought into relief. The paper concludes by assessing Foucault's approach to the history of philosophy as a distinct form of contextualism.

**KEYWORDS:** Foucault; Machiavelli; Art of governing; Governmentality; Canon of political philosophy.

---

<sup>1</sup> Nota do tradutor: o presente texto é a tradução da conferência de abertura proferida pela professora Johanna Oksala, no II Seminário Foucault, ocorrido na UFBA, entre 27 a 29 de maio de 2024. Tradução de Malcom Guimarães Rodrigues.

<sup>2</sup> Professora de Filosofia na Loyola University Chicago. PhD na University of Helsinki. E-mail: joksala@luc.edu.

A relação de Foucault com a tradição da filosofia política é frequentemente considerada problemática e ambígua. Os comentadores argumentam que ele se opõe a todos os entendimentos tradicionais da política, que sua compreensão do político é limitada e que seus estudos genealógicos de questões específicas, como sexualidade e delinquência, não têm implicações políticas necessárias ou generalizáveis.<sup>3</sup> Meu objetivo neste artigo é argumentar o contrário, lendo Foucault explicitamente como um filósofo político que se envolveu diretamente, e de forma inovadora, com o cânone da filosofia política. O método genealógico de Foucault não deve ser entendido apenas como uma forma de naturalizar e historicizar fenômenos sociais específicos, como a sexualidade e a criminalidade. Ele também funciona como um método de leitura da história da filosofia política na contramão, com o objetivo de desenvolver uma crítica profunda da narrativa proto-liberal da modernidade política.

A publicação das aulas no *Collège de France*, em particular, mudou profundamente nossa compreensão de Foucault como pensador político. Ele faz uma série de contribuições importantes para a teoria política em várias dessas aulas, por meio de comentários detalhados sobre textos canônicos da tradição ocidental da filosofia política. Nesse processo, ele também contesta profundamente o significado e o *status* desses textos. Nas aulas de *Em defesa da sociedade*, proferidas no *Collège de France* em 1976, por exemplo, ele se envolve em detalhes com o trabalho de Hobbes e repensa o poder e a soberania no modelo conceitual da guerra e das relações de força. Nas aulas de *Segurança, território, população*, proferidas dois anos depois, ele se apropria de Maquiavel e passa para a forma seminal da governamentalidade. Ele apresenta, notavelmente, como os pensadores políticos que são frequentemente tratados como os precursores óbvios de uma concepção moderna de política e celebrados por suas análises estratégicas das relações de poder, especialmente Hobbes e Maquiavel, estão, na verdade, defendendo uma compreensão radicalmente diferente da política e do poder em uma configuração filosófica completamente diferente. Na terceira aula de *Em defesa da sociedade*, Foucault escreve de forma provocativa: “Assim que se pensa na relação poder/guerra, poder/relações de força, imediatamente dois nomes vêm à mente: pensa-se em Maquiavel, pensa-se em Hobbes. Eu gostaria de lhes mostrar que não é nada disso...” (Foucault, 2003, p. 59).

---

<sup>3</sup> Ver, por exemplo, Couzens Hoy (1998, p. 18-20); Brown (1998, p. 42); Brown (2015, p. 73).

Meu foco neste artigo será a leitura de Maquiavel feita por Foucault nas aulas de *Segurança, território, população*.<sup>4</sup> De modo semelhante ao seu tratamento de Hobbes em *Em defesa da sociedade*, o objetivo provocativo de Foucault é o de inverter a interpretação corrente de Maquiavel. Quando lemos Maquiavel por meio do quadro conceitual da governamentalidade de Foucault, somos forçados a questionar a sua visão comumente aceita como o fundador da filosofia política moderna. Em vez disso, o objetivo de Foucault é mostrar que ele pertence firmemente à era pré-moderna e que é precisamente em contraste com o pensamento de Maquiavel que algumas das características mais distintas do pensamento político moderno podem ser evidenciadas. Concluirei resumindo o que considero característico na leitura foucaultiana de Maquiavel e, de modo mais amplo, do cânone da filosofia política moderna.

### ***Maquiavel e a nova arte de governar***

Como observei acima, Foucault anuncia seu projeto de eliminar as “falsas paternidades” de Hobbes e Maquiavel já em *Em defesa da sociedade* (2003, p. 59), mas devemos esperar até a próxima série de aulas de *Segurança, território, população* (2007), e a introdução de Foucault da noção de governamentalidade nelas, antes que ele se volte para Maquiavel. Da mesma forma que Hobbes parece o fundador óbvio do modelo da guerra, introduzido em *Em defesa da sociedade*, Maquiavel pode parecer o fundador óbvio da nova arte de governar um Estado que Foucault descreve nessas aulas: *O príncipe* é, sem dúvida, o mais famoso de todos os livros que aconselham os governantes sobre como governar com sucesso. Nele, Maquiavel pergunta explicitamente como “os principados podem ser governados” (Machiavelli, 2014, p. 6) e pretende que seu livro seja uma investigação da “arte de governar” (Machiavelli, 2014, p. 16). Maquiavel também é comumente entendido como o introdutor do primeiro modelo moderno e racional do Estado, bem como de uma compreensão moderna e realista da política que rompe sua conexão essencial com a virtude e, em vez disso, é abordada como um jogo estratégico<sup>5</sup>. Portanto, seria de se esperar que Foucault elogiasse a originalidade e a importância de Maquiavel, assim como os comentadores, que consideram Maquiavel o primeiro pensador político verdadeiramente moderno devido ao fato de sua análise se concentrar quase que exclusivamente em questões de poder.<sup>6</sup> Mas, assim como no caso de

---

<sup>4</sup> Embora o comentário sobre essas aulas na literatura sobre Foucault seja vasto, o trabalho que se concentra em detalhes sobre a relação de Foucault com Maquiavel é surpreendentemente limitado. Sobre a leitura de Maquiavel feita por Foucault, veja, por exemplo, Curtis (2002), Holden e Elden (2005), Marasco (2012).

<sup>5</sup> Veja, por exemplo, Rahe (2008), Skinner (1983).

<sup>6</sup> Veja, por exemplo, Wolin (2006, p. 179).

Hobbes, o objetivo de Foucault é novamente desconstruir a posição de Maquiavel na filosofia política moderna.

Nas aulas de *Segurança, Território, População* (2007), Foucault aborda a filosofia política como um estudo de governamentalidades historicamente formadas e mutáveis. Nessas aulas, “governo” torna-se o termo preferido de Foucault para designar o poder, enquanto “governamentalidade” funciona como sua principal ferramenta teórica para analisar sua racionalidade, técnicas e procedimentos na modernidade. A palavra “governamentalidade” não é apenas feia – como o próprio Foucault observou –, ela também é ambígua. Como explica Michel Senellart (2007, p. 387-89), seu significado muda progressivamente de um sentido preciso e historicamente determinado para um sentido mais geral e abstrato. Enquanto nessas aulas de 1978 ele denota as técnicas e racionalidades do governo que sustentam a formação do Estado moderno, de 1979 em diante ele recebe um significado mais geral como a grade analítica para as relações de poder.

Nessas aulas, Foucault ilustremente identifica uma nova “arte de governar” que surgiu no século XVI e assumiu sua forma moderna completa no final do século XVIII. Ele dá a *O príncipe*, de Maquiavel, um lugar central nesse desenvolvimento – na história da governamentalidade que ele delineia nas aulas –, mas apenas como um ponto de partida. Em contraste com as interpretações de Maquiavel como o pai da filosofia política moderna, para Foucault seu pensamento funciona como um exemplo paradigmático do entendimento pré-moderno da política, uma forma de pensamento da qual nos separamos em aspectos importantes. De modo semelhante à forma como a execução de Damians, em *Vigiar e punir* (1979), marcou o contraste com o poder disciplinar moderno, *O príncipe* ilustra a saída do modelo de poder soberano para a governamentalidade moderna. Em outras palavras, Foucault não está apenas contestando a originalidade das ideias de Maquiavel; ele sugere que podemos entender o nascimento do pensamento político moderno sem considerar Maquiavel (Senellart 2013, p. 110).

...longe de pensar que Maquiavel abre o campo do pensamento político para a modernidade, eu diria que ele marca, ao contrário, o fim de uma era, ou, de qualquer forma, que ele atinge o ponto mais alto de um momento em que o problema era, na verdade, a segurança do príncipe e de seu território (Foucault 2007, p. 65).

Foucault argumenta que a questão do bom governo passou a ser colocada e enquadrada como um problema de uma forma completamente nova no final do século XVI – de uma forma que não era concebível para Maquiavel. Naquela época, surgiu uma série de tratados que não eram exatamente conselhos para o príncipe e nem ciência política, mas diziam respeito à “arte

de governar”: “como ser governado, por quem, em que medida, para que fins e por quais métodos” (Foucault, 2007, p. 89). Foucault sugere que a razão pela qual o problema do governo surgiu de uma nova maneira e com intensidade característica naquela época se deveu a dois desenvolvimentos históricos: de um lado, o desmantelamento das estruturas feudais, concomitante ao nascimento dos grandes Estados territoriais, administrativos e coloniais; de outro, a dispersão religiosa e a dissidência ligadas à Reforma e à Contra-Reforma. As instituições políticas e as formas de governo estavam, portanto, passando por mudanças dramáticas, e a reflexão racional sobre as técnicas e os objetivos apropriados do governo tornou-se imperativa (Foucault, 2007, p. 88-89).

Foucault mostra como o pensamento de Maquiavel estava no centro dos debates sobre a nova *raison d'État* – a arte de governar o Estado de acordo com sua própria razão – durante o período de 1580 a 1650-1660. Entretanto, ele descarta a ideia de que as fortes críticas a Maquiavel representavam tentativas de reprimir e censurar um grande pensador subversivo cujas ideias estavam muito à frente de seu tempo. Em vez disso, Foucault considera “essa literatura anti-Maquiavel como um gênero positivo, com objeto, conceitos e estratégia específicos” (Foucault, 2007, p. 91). Ele sugere que, nessa literatura, foi construído um Maquiavel adverso, uma figura da qual os autores precisavam para promover suas próprias reivindicações. Em outras palavras, esses debates não eram realmente sobre Maquiavel – os pensadores políticos daquele período também não o consideravam o pai da nova arte de governar –, mas o debate era conduzido por meio dele. Os defensores da nova *raison d'État* argumentavam que uma verdadeira arte de governar não tinha nada a ver com Maquiavel: ele poderia ser “jogado aos cães” (Foucault, 2007, p. 245). Os oponentes da *raison d'État*, por outro lado, tentaram reduzir essa nova teoria ao pensamento de Maquiavel para desqualificá-la. Sua posição era a de que não poderia existir algo como “a arte de governar o Estado de acordo com sua própria razão” porque o Estado não tinha uma razão intrínseca. Sob um exame crítico, tudo o que essa razão intrínseca representava eram os interesses do príncipe (Foucault, 2007, 244).<sup>7</sup>

O argumento de Foucault não é simplesmente que Maquiavel não pode ser considerado o pai da nova *raison d'État* porque seus teóricos pioneiros, em sua maioria, o criticaram severamente. Friedrich Meinecke (1924/1962), por exemplo, argumenta que os contemporâneos de Maquiavel e os comentaristas quase contemporâneos o consideravam um

---

<sup>7</sup> Foucault se envolve principalmente com *Le Miroir Politique*, de Guillaume de La Perriere, bem como com *Della Ragion di Stato*, de Giovanni Botero.

teórico genuíno do Estado.<sup>8</sup> Portanto, é importante enfatizar que o argumento de Foucault é estrutural: ele insiste que o problema da política que esses teóricos formularam era totalmente diferente daquele buscado por Maquiavel. Para Maquiavel, o príncipe estava em “uma relação de singularidade e externalidade, de transcendência, com seu principado” (Foucault, 2007, p. 91). Em outras palavras, o soberano presidia um território e seus habitantes como base externa e autofundamentada para o estado de direito, e não havia nenhuma conexão fundamental ou natural entre o governante e o governado. Como o relacionamento entre eles era externo, também era frágil e continuamente ameaçado. O único objetivo do governante para o exercício do poder político era, portanto, manter seu poder. De acordo com a formulação de Foucault (2007, p. 98), o fim da soberania era o exercício da soberania. Os teóricos da *raison d'État* insistiam, em contraste, que “ser capaz de manter o principado não é o mesmo que possuir a arte de governar; a arte de governar é outra coisa” (Foucault 2007, 92).<sup>9</sup>

A literatura que representa a governamentalidade moderna substituiu essa habilidade de como manter o próprio principado por uma nova arte de governo que exhibe várias características completamente novas. Primeiro, as práticas de governo passaram a ter um novo tipo de finalidade. O objetivo da soberania era único: preservar seu poder. A governamentalidade moderna, em contraste, tinha uma pluralidade de fins específicos: o governo tinha de “assegurar que a maior quantidade possível de riqueza fosse produzida, que o povo tivesse meios de subsistência suficientes e que a população pudesse aumentar” (Foucault, 2007, p. 99). Enquanto a lei e a soberania estavam estritamente unidas, governar agora se tornou uma tarefa de “empregar diversas táticas em vez de leis” para atingir fins específicos (Foucault, 2007, p. 99). Em segundo lugar, Foucault afirma que o objeto do poder para Maquiavel e, de modo mais geral, da Idade Média até o século XVI era, por um lado, o território e, por outro, seus habitantes. O território era “o elemento fundamental tanto do principado de Maquiavel quanto da soberania jurídica do soberano, conforme definido por filósofos e teóricos do direito”

---

<sup>8</sup> O livro *Machiavellism: The Doctrine of Raison d'Etat and Its Place in Modern History* (1924/1962), de Friedrich Meinecke, foi importante para estabelecer a visão de que Maquiavel foi extremamente influente na formação dos primeiros debates políticos modernos sobre a *raison d'État*. Seu principal argumento é que, embora Maquiavel não tenha cunhado o termo, “todo o seu modo de pensar político nada mais é do que um processo contínuo de pensar sobre a *raison d'état*” (Meinecke, 1924/1962, p. 29).

<sup>9</sup> Assim, a visão de Foucault se aproxima dos comentários sobre Maquiavel que complicam a visão generalizada de que ele é o primeiro teórico moderno do Estado. Harvey Mansfield (1998), por exemplo, argumenta que, em *O príncipe*, o Estado é tratado principalmente como propriedade privada do governante. Como explica Mansfield, a visão de Maquiavel sobre o Estado ainda se enquadra na tradição medieval de tratar o território principalmente como propriedade do príncipe e de se concentrar nas características pessoais do governante. Portanto, Maquiavel ainda mantinha uma concepção “pessoal” do Estado semelhante à de Aristóteles. Harvey argumenta que Maquiavel era, no entanto, “moderno” no sentido de que introduziu a “imparcialidade” do Estado: para Maquiavel, o Estado ainda estava ligado à pessoa do príncipe, mas, ao contrário da visão de Aristóteles, quem era o príncipe não importava.

(Foucault, 2007, p. 96). No novo entendimento de governo, o território se torna redundante ou, pelo menos, secundário: governam-se coisas, ou um complexo de homens e coisas. Governar um Estado passa a significar o estabelecimento da economia – ou seja, a maneira adequada de gerenciar bens e riquezas – como um campo de intervenção política (Foucault, 2007, p. 272). “Foi somente graças ao isolamento do nível de realidade que chamamos de economia que foi possível pensar, refletir e calcular o problema do governo fora da estrutura jurídica da soberania” (Foucault, 2007, p. 104).

Por fim, havia a questão da verdade. A racionalidade intrínseca à nova arte de governar também exigia novos procedimentos para a produção da verdade. O conhecimento exigido de alguém que governava não era mais a sabedoria da tradição, mas também não era puramente estratégico, era um conhecimento sobre as melhores maneiras de manter e conquistar o poder. Era antes “um conjunto de conhecimentos técnicos que descrevem a realidade do próprio Estado”, como o conhecimento estatístico da população, sua quantidade, natalidade e mortalidade, ou o conhecimento sobre a riqueza disponível para o Estado (Foucault, 2007, p. 274). A alegação de Foucault não é a de que, nesse ponto da história, “a política e a arte do governo finalmente se tornam racionais” ou que um “limiar epistemológico é alcançado com base no qual a arte do governo pode se tornar científica” (Foucault, 2008, p. 18). Ao invés disso, ele está argumentando que a atividade governamental entrou em um novo regime de verdade que condicionou o tipo de alegação de verdade que poderia ser razoavelmente feita sobre ela. As questões anteriormente colocadas pela arte de governar tiveram de ser reconfiguradas:

Em um determinado momento, elas se resumiam à pergunta: estou governando em conformidade adequada com as leis morais, naturais ou divinas? Depois, nos séculos XVI e XVII, com a *raison d'État*, era: estou governando com intensidade, profundidade e atenção suficientes aos detalhes para levar o Estado ao ponto fixado pelo que ele deveria ser, para levá-lo à sua força máxima? (Foucault, 2008, p. 18-19)

Em outras palavras, manter o território exige uma certa habilidade, enquanto a arte de governar requer ciência política e social, como estatística, economia e criminologia. Foucault argumenta que o desenvolvimento do mercantilismo, por exemplo, não deve ser visto apenas como o surgimento de uma nova teoria econômica. Em vez disso, foi “a primeira racionalização do exercício do poder como uma prática de governo; foi a primeira vez que se começou a formar um conhecimento do Estado que pode ser empregado em táticas de governo” (Foucault, 2007, p. 102).

Foucault faz uma comparação esclarecedora entre o pensamento de Maquiavel e o de Francis Bacon para destacar essa última característica fundamental da nova arte de governar.

Ele argumenta que, embora o livro de Bacon, *The Essays or Counsels Civil and Moral* (1999), da mesma forma que *O príncipe*, pertença ao gênero de guias preocupados com o treinamento necessário para um homem que entra na vida pública, a abordagem dos dois escritores é marcadamente diferente. Como, para Maquiavel, o principal problema do príncipe era a aquisição ou perda de seu principado, sua principal ameaça vinha dos nobres: eles eram seus rivais e podiam formar alianças militares e tramar conspirações contra ele. Por outro lado, para Bacon, os nobres não eram o principal problema; o principal problema era a possibilidade constante de sedição por parte do povo comum. A arte de governar tinha de ser, antes de tudo, a arte de governar o povo. Para Foucault, o que é notável na abordagem de Bacon sobre as sedições, além disso, é que ele as trata como se fossem eventos naturais, como tempestades, por exemplo. Elas eram uma possibilidade constante dentro do Estado, com causas materiais, como a pobreza (Foucault, 2007, p. 271). O conselho de Bacon (1999, 277) é, portanto, que a arte de governar significa trabalhar com o que é dado e respeitar as leis da natureza. Enquanto uma das principais questões de *O príncipe* diz respeito aos atributos do governante – ele deve ser virtuoso ou deve apenas parecer virtuoso –, Bacon não está nem um pouco interessado nos atributos reais ou aparentes do governante. A principal solução que ele propõe para evitar as sedições é remediar suas causas materiais: um bom governo significa acumular riqueza e otimizar sua circulação.<sup>10</sup>

Em suma, semelhante ao seu tratamento do *Leviatã* de Hobbes em *Em defesa da sociedade*, a acusação de Foucault é a de que o pensamento político de Maquiavel permanece sob o feitiço do poder soberano, poder definido como poder sobre um território e seus habitantes. Apesar de sua aparente originalidade, Maquiavel é retratado como o último pensador da ordem política medieval, já em ruínas; um pensador cujo pensamento, apesar de seu brilhantismo, nunca cruza o limiar da modernidade. Em oposição, estão os teóricos antimachiavélicos preocupados com a nova arte de governar, cujo pensamento constitui a pré-história do pensamento político moderno e, portanto, a ontologia histórica de nós mesmos. Com esses teóricos, os problemas econômicos do crescimento e da circulação da riqueza e das pessoas emergem como as principais questões da política, questões que continuam a ser centrais para nossa concepção moderna de política. Assim, Foucault quer se concentrar nessa conjuntura histórica específica em que uma racionalidade governamental radicalmente nova e reconhecidamente moderna começa a tomar forma: o Estado deve, acima de tudo, gerenciar a

---

<sup>10</sup> Veja Bacon (1999, p. 34-35).

economia. Ele deve se ajustar a riscos, probabilidades e eventos casuais, o que levou, no século XVIII, às ideias distintamente modernas de população, segurança e governamentalidade liberal.

### Considerações finais

O objetivo de Foucault em sua abordagem de Maquiavel claramente não é apresentar uma leitura objetiva ou verdadeira dele, e é questionável o que essa leitura significaria em sua estrutura. Michel Senellart (2013, p. 105-106), por exemplo, reconhece que seria fácil se opor à leitura de Maquiavel feita por Foucault com várias objeções importantes: Foucault reduz o pensamento de Maquiavel apenas à problemática de *O príncipe*, sem considerar os *Discursos*, e até mesmo ignora passagens cruciais de *O príncipe*, como as que enfatizam a importância de o governante obter o apoio do povo. Senellart, no entanto, reconhece a originalidade do projeto de Foucault: Foucault tem como objetivo reconstituir completamente a gênese do pensamento político moderno ao restringir deliberadamente o pensamento de Maquiavel à questão única do domínio do príncipe sobre seu território adquirido ou conquistado. Portanto, em vez de perguntar se a leitura de Maquiavel feita por Foucault está correta, devemos perguntar se suas avaliações da importância política do pensamento de Maquiavel para nossas crenças políticas modernas e historicamente formadas estão corretas. Por meio de sua leitura genealógica do cânone da filosofia política, Foucault tem como objetivo principal problematizar nossa concepção contemporânea da política moderna, mostrar sua contingência e gênese históricas e questionar seus princípios centrais e figuras canônicas. Suas apropriações críticas de filósofos políticos, como Hobbes e Maquiavel, são exemplos de sua leitura do cânone da filosofia política na contramão, ou seja, lendo-os em seu contexto histórico e para fins explicitamente políticos.

O trabalho de Foucault deve, portanto, ser reconhecido como o precursor de uma leitura contextualista na história da filosofia. Como escreve Quentin Skinner, um dos principais teóricos do contextualismo na história da filosofia: “Qualquer interpretação deve implicar algumas ligações entre uma determinada teoria e as circunstâncias nas quais e para as quais ela foi produzida” (2002, p. 285-286). De acordo com o contextualismo, em vez de ser um projeto filosófico isolado e puramente abstrato, o pensamento de Maquiavel deve ser situado em seu contexto histórico específico. Para Foucault, esse contexto não é definido primeiramente pelos eventos biográficos da vida de Maquiavel ou pelas circunstâncias históricas reais que o moldaram. Ao contrário, a leitura contextualista de Foucault se concentra na função política que os textos filosóficos desempenham no contexto histórico que já é moldado pelas relações

de poder.<sup>11</sup> Como escreve Robyn Marasco (2012, p. 342), o encontro indireto de Foucault com *O príncipe*, por meio da literatura antimacquiavélica, “segue as vicissitudes e o destino de um texto histórico que, de alguma forma, se torna uma força galvanizadora no desenvolvimento de técnicas e práticas políticas reais”. O livro de Maquiavel serviu de ocasião para debates sobre um sistema de governo, seus instrumentos, objetos, racionalidades e consequências. O fato de ter sido criticado ou celebrado dependia principalmente da posição do teórico no debate sobre a nova *raison d'État*.

Aqui Foucault está destacando como certos textos se tornam lugares contestados para o esclarecimento das “técnicas, táticas e práticas particulares (que) emergem de lutas localizadas”, como figuras como Maquiavel (e Marx) não são autores de ideias, mas sim figuras conjunturais por meio das quais as práticas são colocadas em palavras e os conjuntos são construídos em resposta a eventos reais ou imaginários (Marasco, 2012, 343).

Em outras palavras, em vez de tentar fornecer uma interpretação filosófica definitiva e verdadeira de Maquiavel, Foucault está interessado em perguntar como um texto filosófico foi usado nos debates teóricos reais da época e a quais interesses políticos, estratégias e técnicas ele serviu. Em suma, para Foucault o contexto relevante para a leitura da filosofia é sempre político, no sentido de que é indelevelmente atravessado por relações de poder e moldado por seu impacto. Isso significa que devemos contornar a “questão tradicional, nobre e filosófica” sobre a legitimidade da autoridade política e, em vez disso, fazer uma pergunta genealógica, “uma pergunta de baixo para cima”, sobre os efeitos políticos das “verdades” filosóficas (Foucault, 2003, p. 24).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACON, Francis (1625). *The Essays or Counsels Civil and Moral*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

BROWN, Wendy. “Genealogical Politics”. In: *The Later Foucault: Politics and Philosophy*. Edited by Jeremy Moss, p. 33-49. London: Sage, 1998.

BROWN, Wendy. *Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution*. New York: Zone Books, 2015.

COUZENS HOY, David. “Foucault and Critical Theory” In: *The Later Foucault: Politics and Philosophy*. Edited by Jeremy Moss, p. 18-32. London: Sage, 1998.

---

<sup>11</sup> Michel Senellart (2013, p. 106) expressa essa ideia ao escrever que Foucault estava interessado principalmente na função histórica da obra de Maquiavel porque estava se opondo à ideia de que os textos canônicos da filosofia política podem ser “libertados de seu contexto barulhento e entregues para uma leitura tranquila e silenciosa”.

- CURTIS, B. “Foucault on governmentality and population: The impossible discovery”. *Canadian Journal of Sociology*, n. 27 (4): 4, 2002.
- FOUCAULT, M. *Discipline and punish: The birth of the prison*. Translated by A. Sheridan. New York: Vintage Books, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Society Must be Defended. Lectures at the Collège de France, 1975-76*. Edited by Mauro Bertani and Alessandro Fontana and translated by David Macey and Picador, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Security, Territory, Population. Lectures at the Collège de France, 1977-1978*. Translated by Graham Burchell and edited by Michel Senellart, François Ewald, and Alessandro Fontana. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *The Birth of Biopolitics. Lectures at the Collège de France, 1978-1979*. Translated by Graham Burchell and edited by Michel Senellart, François Ewald, and Alessandro Fontana. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2008.
- HOBBS, Thomas (1651). *Leviathan*. New York: Barnes & Noble, 2004
- HOLDEN, A.; ELLEN, S. “‘It cannot be a real person, a concrete individual’: Althusser and Foucault on Machiavelli’s political technique”. *Borderlands* n. 4: 2, 2005.
- MACHIAVELLI, Niccolò. (1513-2). *The Prince*. Translated by Tim Parks. London: Penguin Books, 2014
- MANSFIELD, Harvey. *Machiavelli’s Virtue*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.
- Marasco, Robyn. “Machiavelli contra governmentality”. *Contemporary Political Theory*, Vol. 11, 4, 339-361, 2012.
- MEINECKE, Friedrich (1924). “Machiavellism. The Doctrine of Raison d’Etat and Its Place”. In: *Modern History*. Translated by Douglas Scott. New Haven: Yale University Press, 1962.
- RAHE, Paul A. *Against Throne and Altar: Machiavelli and Political Theory under the English Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- SENELLART, Michel. “Course Context.” In: Foucault, M. *Security, Territory, Population: Lectures at the Collège de France 1977-78*. Ed. Michel Senellart, trans. Graham Burchell. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007, p. 370-401.
- SENELLART, Michel. “Machiavelli Facing the Challenge of Governmentalité”. In: *Foucault Studies*, no. 16: 104-115, 2013.
- SKINNER, Quentin. *Machiavelli*. Oxford: Oxford University Press, 1983.
- SKINNER, Quentin. *Visions of Politics, Volume 3*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- WOLIN, Sheldon. *Politics and Vision. Continuity and Innovation in Western Political Thought. Expanded Edition*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2006.